

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2020 com
relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Linhas de Transmissão do Itatim S.A** (“Itatim” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A Companhia

A Itatim é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	911,71
Tensão em kV:	440/230/138
Subestações:	10

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 72.886.333 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e 70.182.456 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2020 e 2019 são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
• Liquidez geral	17,67	18,36
• Liquidez corrente	3,66	3,72
• Relação patrimônio líquido/ativo	94,34%	94,55%
• Relação passivo não circulante/ativo	3,29%	3,28%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	4,93%	4,00%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	5,36%	7,51%
Ativo total	495.453	512.381
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	(23.063)	(19.365)

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2021.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de junho de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

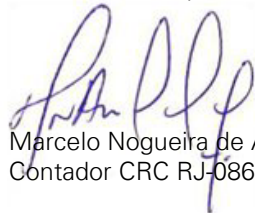
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.635	18.035
Concessionárias e permissionárias	8	8.508	7.367
Contas a receber - partes relacionadas	24	542	229
Estoques	9	4.825	11.774
Adiantamento a fornecedores		905	965
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.784	2.360
Impostos a recuperar		39	39
Outros ativos circulantes		1.792	620
		43.030	41.389
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		-	1.712
Imobilizado não vinculado à concessão		1.823	2.054
Imobilizado	10	416.261	432.885
Intangível	11	34.339	34.341
		452.423	470.992
Total do ativo		459.453	512.381

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos Patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	12	988	1.403
Fornecedores - partes relacionadas	24	3.330	2.265
Imposto de renda e contribuição social a pagar		610	1.005
Outros impostos a pagar	13	677	682
Taxas regulamentares	14	4.923	4.574
Dividendos propostos	17	313	300
Outros passivos circulantes		922	887
		11.763	11.116
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	15	-	5
Outros passivos não circulantes	16	16.277	16.784
		16.277	16.789
Patrimônio líquido	17		
Capital social		411.360	261.360
Adto p/ futuro aumento de capital - AFAC		-	150.000
Reserva de Lucros		131.811	140.661
Reserva Legal		10.081	8.434
Prejuízo acumulado		(85.839)	(75.979)
		467.413	484.476
Total do passivo e do patrimônio líquido		495.453	512.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	18	70.882	66.243
Custo da operação	19	<u>(36.685)</u>	<u>(22.988)</u>
Lucro bruto		34.197	43.255
Despesas gerais e administrativas	20	(8.476)	(6.271)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(646)</u>	<u>(577)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		25.075	36.407
Resultado financeiro	22	<u>585</u>	<u>(13.534)</u>
Receita financeira		789	2.316
Despesa financeira		(204)	(15.850)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>25.660</u>	<u>22.873</u>
Imposto de renda e contribuição social		(2.597)	(3.508)
Lucro líquido do exercício		<u>23.063</u>	<u>19.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	23.063	19.365
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>23.063</u>	<u>19.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	261.360	-	6.857	120.988	(63.794)	325.411
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.000	-	-	-	150.000
Constituição de reserva legal	-	-	1.577	-	(1.577)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.365	19.365
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	29.673	(29.673)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 17)	-	-	-	-	(300)	(300)
Dividendos propostos	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.360	150.000	8.434	140.661	(75.979)	484.476
Integralização de capital	150.000	(150.000)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos conf. AGO de 08 de julho de 2020	-	-	-	(39.813)	-	(39.813)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.063	23.063
Constituição da reserva legal	-	-	1.647	-	(1.647)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	30.963	(30.963)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(313)	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	411.360	-	10.081	131.811	(85.839)	467.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	25.660	22.873
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	-	13.572
Depreciação e amortização	15.794	15.263
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104)	(222)
Provisão para contingência	(5)	-
	-	-
(Aumento) redução nos ativos	-	-
Concessionárias e permissionárias	(1.037)	(214)
Contas a receber - partes relacionadas	(314)	49
Estoques	6.949	-
Impostos a recuperar	(424)	1.994
Adiantamentos a fornecedores	60	(71)
Outros ativos	427	(335)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(416)	(72)
Fornecedores partes relacionadas	1.065	582
Tributos e contribuições sociais	1	(1.166)
Taxas regulamentares	349	469
Outros passivos	(472)	(797)
Juros pagos	-	(13.638)
Impostos pagos	(2.998)	(1.939)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	44.535	36.348
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	1.064	(1.977)
Títulos e valores mobiliários	-	21.423
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.064	19.446
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	150.000
Financiamentos pagos	-	(188.442)
Dividendos pagos	(40.000)	(10.396)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(40.000)	(48.838)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.599	6.956
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.036	11.079
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.635	18.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia iniciou suas operações conforme abaixo:

Trecho	Início da operação
SEs Ilha Solteira II, Inocência e ampliação da Ilha Solteira I	05/11/2010
Rede Básica 230kV/440kV	05/11/2010
Subestação Rebaixadora (SE Chapadão)	29/12/2011
Chapadão - Guatambu, Costa Rica e Indaiá Grande	29/12/2011
Canteiros de Obras Chapadão do Sul (LO Canteiros)	29/12/2011
SE Guatambu	05/03/2012
SE Chapadão – SE Porto das Águas	26/04/2012

1.1. Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 31.334 (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 70.182 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.724/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 72.886 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020.
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020.
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020.
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio
- (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens;
- (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa;
- (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio;
- (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitassem;
- (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp;
- (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da Covid19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade;
- (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos;
- (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho;
- (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades;
- (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes;
- (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto;
- (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70;

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Impacto nas demonstrações financeiras

No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações.

Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

1.4. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de Abril de 2021.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 - Imobilizado e 13 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes:

- Contratos onerosos (alterações ao CPC 25)
- Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		43.030	58.773	101.783	41.389	56.584	97.973
Caixa e equivalentes de caixa		23.635	-	23.635	18.035	-	18.035
Concessionárias e permissionárias		8.508	-	8.508	7.367	-	7.367
Contas a receber – partes relacionadas		542	-	542	229	-	229
Adiantamentos a fornecedores		905	-	905	965	-	965
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.784	-	2.784	2.360	-	2.360
Outros impostos a recuperar		39	-	39	39	-	39
Estoques		4.825	-	4.825	11.774	-	11.774
Ativos de contrato	a	-	58.753	58.753	-	56.584	56.584
Outros ativos circulantes		1.792	-	1.792	620	-	620
Ativo não circulante		452.423	(904)	451.519	470.992	(8.216)	462.776
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	-
Ativos de contrato	a	-	449.625	449.625	-	458.956	458.956
Contas a receber – partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	1.712	-	1.712
Imobilizado não vinculado à concessão		1.823	-	1.823	2.054	-	2.054
Imobilizado	b	416.261	(416.191)	70	432.885	(432.831)	54
Intangível	b	34.339	(34.338)	1	34.341	(34.341)	-
		495.453	57.849	553.302	512.381	48.368	560.749

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		11.763	-	11.763	11.116	-	11.116
Fornecedores terceiros		988	-	988	1.403	-	1.403
Fornecedores partes relacionadas		3.330	-	3.330	2.265	-	2.265
Imposto de renda e contribuição social a pagar		610	-	610	1.005	-	1.005
Outros impostos a pagar		677	-	677	682	-	682
Taxas regulamentares		4.923	-	4.923	4.574	-	4.574
Dividendos propostos		313	-	313	300	-	300
Outros passivos circulantes		922	-	922	887	-	887
		16.277	34.214	50.491	16.789	34.594	51.383
Passivo não circulante							
Provisão para contingências		-	-	-	5	-	5
Impostos diferidos	c	-	34.214	34.214	-	34.594	34.594
Outros passivos não circulantes		16.277	-	16.277	16.784	-	16.784
Patrimônio líquido		467.413	23.635	491.048	484.476	13.774	498.250
Capital social		411.360	-	411.360	261.360	-	261.360
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	150.000	-	150.000
Reserva de lucros		131.811	(62.204)	69.607	140.661	(62.205)	78.456
Reserva legal		10.081	-	10.081	8.434	-	8.434
Prejuízo acumulado	d/e	(85.839)	85.839	-	(75.979)	75.979	-
		495.453	57.849	553.302	512.381	48.368	560.749

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	70.882	(5.436)	65.446	66.243	(2.345)	63.898
Custo da operação	e	(36.685)	15.122	(21.563)	(22.988)	14.455	(8.533)
Lucro bruto		34.197	9.686	43.883	43.255	12.110	55.365
Despesas gerais e administrativas		(8.476)	-	(8.476)	(6.271)	-	(6.271)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(646)	-	(646)	(577)	-	(577)
Resultado antes do resultado financeiro		25.075	9.686	34.761	36.407	12.110	48.517
Resultado financeiro		585	-	585	(13.534)	-	(13.534)
Receita financeira		789	-	789	2.316	-	2.316
Despesa financeira		(204)	-	(204)	(15.850)	-	(15.850)
Lucro antes dos impostos		25.660	9.686	35.346	22.873	12.110	34.983
Imposto de renda e contribuição social	c	(2.597)	174	(2.423)	(3.508)	75	(3.433)
Lucro líquido do exercício		23.063	9.860	32.923	19.365	12.185	31.550

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio Líquido societário	491.048	498.250
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(508.378)	(515.540)
Impostos diferidos ativos	-	-
Imobilizado	416.191	432.831
Imobilizado não vinculado à concessão		
Intangível	34.338	34.341
Impostos diferidos passivos	34.214	34.594
Outros passivos circulantes		
Patrimônio Líquido regulatório	467.413	484.476

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo (lucro) líquido conforme contabilidade societária	32.923	31.550
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(50.964)	(51.328)
Margem de construção	58.759	54.877
Outras receitas	(2.234)	(549)
PIS/COFINS Diferido	(206)	(90)
Depreciação regulatória	(15.041)	(15.020)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(174)	(75)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	23.063	19.365

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	1	1
Banco	333	292
Aplicações financeiras	23.301	17.742
	<u>23.635</u>	<u>18.035</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	7.727	6.494
Vencidas até 30 dias	2	21
Vencidas até 60 dias	1	5
Vencidas até 90 dias	3	5
Vencidas até 120 dias	1	7
Vencidas até 180 dias	1	20
Vencidas há mais de 180 dias	916	1.063
	<u>8.652</u>	<u>7.615</u>
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>(144)</u>	<u>(248)</u>
	<u>8.508</u>	<u>7.367</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCE deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCE julgada necessária. Segue movimentação da PCE:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(248)	(470)
Reversão	121	222
Adição	(17)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(144)</u>	<u>(248)</u>

9. Estoque

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Almoxarifado de manutenção e operação	4.825	11.774
	<u>4.825</u>	<u>11.774</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	547.302	-	(42)	116	547.376	74	(143.023)	404.353	419.811
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.872	-	-	-	16.872	-	(5.233)	11.639	12.227
Máquinas e equipamentos	524.087	-	(24)	116	524.179	92	(137.623)	386.556	401.364
Veículos	343	-	-	-	343	-	(166)	177	226
Móveis e utensílios	22	-	(18)	-	4	(18)	(1)	3	16
Administração	197	-	-	19	216	19	(171)	45	37
Máquinas e equipamentos	163	-	-	19	182	19	(142)	40	29
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(29)	5	8
	547.499	-	(42)	135	547.592	93	(143.194)	404.398	419.848
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	13.018	1.410	(2.486)	(116)	11.837	(1.181)	-	11.837	13.018
Máquinas e equipamentos	1.159	86	(159)	(116)	970	(189)	-	970	1.159
Outros	11.859	1.335	(2.327)	-	10.867	(992)	-	10.867	11.859
Administração	19	26	-	(19)	26	7	-	26	19
Máquinas e equipamentos	19	26	-	(19)	26	7	-	26	19
Outros									
	13.037	1.447	(2.486)	(135)	11.863	(1.174)	-	11.863	13.037
Ativo imobilizado	560.536	1.447	(2.528)	-	559.455	(1.081)	(143.194)	416.261	432.885

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020		31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão (i)	7,81%	547.376	(143.023)	404.353
Administração (i)	7,51%	216	(171)	45
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	2.600	(777)	1.823
		550.192	(143.971)	406.221
				421.742

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

10.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2020

Adições do ativo imobilizado em curso	Valor
Máquinas e Equipamentos	86
Veículos	1.202
Desenvolvimento de Projetos	22
Adiantamento a Fornecedores	100
	1.410

10.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem – Transmissão	Grupo	Valor
ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	11
SERVIÇOS DE SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	54
SERVIÇOS DE SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	28
MULTIMETRO DIGITAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
TORQUIMETRO ESTALO NM 10-100- ½" CATR	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
TENSIOMETRO DIGITAL TCF – 10 TONELADAS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	18

Administração	Grupo	Valor
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	12
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 500	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	7
NOTEBOOK DELL VOSTRO 14 500 ICMS	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	1

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10.5 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2020

Descrição do bem	Grupo	Valor
ASS/ENC 2007 INJ EXC CE PRETO 265,BASE DIGIT BACK II 2ALV CAPA PTO FRISOK,BRACO DIGITADOR BOTAO C/APOIO PLAST PTO	MOVEIS E UTENSILIOS	9
SUMER LINE PLUS BRANCO	MOVEIS E UTENSILIOS	2
SUMER LINE PLUS BRANCO	MOVEIS E UTENSILIOS	2
SUMER LINE PLUS BRANCO	MOVEIS E UTENSILIOS	2
SUMER LINE PLUS BRANCO	MOVEIS E UTENSILIOS	2
SUMER LINE PLUS BRANCO	MOVEIS E UTENSILIOS	2
COMPUTADOR	COMPUTADORES E PERIFERICOS	2
COMPUTADOR	COMPUTADORES E PERIFERICOS	14
COMPUTADOR	COMPUTADORES E PERIFERICOS	4
COMPUTADOR	COMPUTADORES E PERIFERICOS	2
NOTEBOOK	COMPUTADORES E PERIFERICOS	2

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2019	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2020	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	34.345			1	34.346	1	(12)	34.334	34.340
Servidões	34.307	-	-		34.307	-	-	34.307	34.307
Softwares	38	-	-	1	39	1	(12)	27	33
Administração	199	-	-	-	199	-	(199)	-	-
Softwares	199	-	-	-	199	-	(199)	-	-
	34.544	-	-	1	34.545	1	(211)	34.334	34.340
Ativo intangível em curso									
Transmissão	1	4	-	(1)	4	3	-	4	1
Softwares	1	4	-	(1)	4	3	-	4	1
Administração		1	-	-	1	1	-	1	-
Softwares		1	-	-	1	1	-	1	-
	1	5	-	(1)	5	4	-	5	1
Ativo Intangível	34.545	5	-	-	34.550	5	(211)	34.339	34.341

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2020			31/12/2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	34.346	(12)	34.334	34.340
Administração (i)	10,00%	199	(199)	-	-
		34.545	(211)	34.334	34.340

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3. Principais adições do ativo intangível em curso em 2020

Adições do ativo intangível em curso	Valor
Softwares	5
	5

11.4. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2020

Intangível - Transmissão	Grupo	Valor
Serviços de Consultoria Coswin	Software	1

11.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2020

Não houve baixa de ativo intangível no exercício.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores relacionados à construção	526	551
Gastos ambientais e fundiários	49	16
Prestadores de serviços	110	256
Outros	303	580
	<u>988</u>	<u>1.403</u>

13. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ	384	648
CSLL	226	357
	<u>610</u>	<u>1.005</u>
PIS	42	35
COFINS	195	162
Outros	440	485
	<u>677</u>	<u>682</u>

14. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	1.279	1.306
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	335	333
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	3.309	2.935
	<u>4.923</u>	<u>4.574</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei n.º 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 14 de agosto de 2020, através do Despacho n.º 2.403 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 176.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 283.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhista	-	5
	<u>-</u>	<u>5</u>

Contingências possíveis (não provisionados)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhista	1.049	138
Fiscal (i)	103.382	31.158
Servidão	16	-
	<u>104.447</u>	<u>31.296</u>

(i) Variação refere-se a processos novos da companhia iniciados ao longo de 2020

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

16. Outros passivos não circulantes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigação Especial	16.277	16.784
	<u>16.277</u>	<u>16.784</u>

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 261.360, dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

No dia 6 de julho de 2020 o capital no valor de R\$150.000 foi totalmente integralizado conforme deliberação da AGE protocolada na data. Diante disso, o capital subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 411.360 dividido em 411.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2020 e 2019</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício - societário	32.922	31.550
Reserva legal (5%)	(1.646)	(1.577)
Base de cálculo para os dividendos	31.276	29.973
Dividendo mínimo obrigatório	313	300

Em 2018 a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 396. Esse montante foi pago em 10 de dezembro de 2019. No final do exercício de 2019 a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras de 2018 devido a adoção do CPC 47. Com isso, os dividendos foram recalculados de R\$ 396 para R\$283. Como os dividendos já haviam sido pagos, a Administração decidiu abater esse valor pago a maior dos lucros acumulados ao invés de descontar dos acionistas o que eles já haviam recebido. A ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020 já está contemplando esse valor no saldo de reserva de lucros.

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 39.700. Esse valor, assim como o montante de R\$ 300 de dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 2019 foram pagos em 06 de agosto de 2020 e 23 de novembro de 2020.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional bruta	77.203	72.535
Receita Quota CDE	245	294
Receita Quota PROINFA	42	67
Receita de rateio de antecipação	(971)	57
Receita de encargos de transmissão	51.388	51.573
Recuperação de PIS e COFINS	1.951	1.942
Receita de novas obras RBNI	59	58
Receita de CCT	23.310	18.122
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(545)	(1.961)
Indisponibilidade de equipamentos	(8)	(93)
Receita RMEL	-	3
Descontos Incidentes na TUST	1.732	2.473
Deduções da receita operacional	(6.321)	(6.292)
PIS	(502)	(472)
COFINS	(2.315)	(2.177)
P&D	(709)	(661)
RGR	(2.274)	(2.297)
CDE	(212)	(346)
TFSEE	(272)	(268)
Quota PROINFA	(37)	(71)
	70.882	66.243

19. Custo da operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(9.068)	(4.100)
Material	(9.028)	(274)
Serviços de terceiros	(2.062)	(2.007)
Depreciação e amortização	(15.041)	(15.020)
Gastos diversos (i)	(1.133)	(1.228)
Outros	(353)	(359)
	(36.685)	(22.988)

- (i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(4.836)	(5.284)
Administradores	(705)	(1.082)
Material	(137)	(110)
Serviços de terceiros	(619)	(714)
Arrendamentos e aluguéis	(102)	(100)
Seguros	(4)	(16)
Doações	(1)	(3)
Provisão/reversão	(1.556)	12
Recuperação de Despesas	-	1.475
Tributos	(4)	(3)
Depreciação e amortização	(11)	(8)
Outras	(501)	(438)
	<u>(8.476)</u>	<u>(6.271)</u>

21. Despesa com pessoal

Pessoal – operação	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração	(5.787)	(2.520)
Encargos	(1.995)	(930)
Outros Benefícios - Corrente	(1.231)	(621)
Outros	(55)	(29)
	<u>(9.068)</u>	<u>(4.100)</u>

Pessoal - administração	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração	(2.548)	(2.714)
Encargos	(1.113)	(1.361)
Benefícios	(552)	(466)
Outros	(622)	(743)
Administradores	(706)	(1.082)
	<u>(5.541)</u>	<u>(6.366)</u>
	<u>(14.609)</u>	<u>(10.466)</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita financeira	789	2.316
Receitas de aplicações financeiras	783	1.935
Outras receitas financeiras	6	381
Despesa financeira	204	(15.850)
Juros sobre empréstimos - terceiros	-	(13.092)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	-	40
Juros e multas	(123)	(29)
IOF, comissões e taxas	(1)	(2.054)
Outras despesas financeiras	(80)	(715)
	585	(13.534)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.635	18.035
Títulos e valores mobiliários	8	-	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - partes relacionadas	24	542	229
Concessionárias e permissionárias	8	8.508	7.367
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - terceiros	14	988	1.403
Fornecedores - partes relacionadas	24	3.330	2.265

23.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

24. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

24.1. Ativo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	542	229
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	522	96
Outros	20	133

24.2. Passivo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	3.330	2.265
Aluguel (ii)	7	6
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	3.311	2.247
Outros	12	12

24.3. Resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado - partes relacionadas	(11.562)	(6.551)
Despesa de aluguel (ii)	(79)	(74)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(11.483)	(6.477)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

24.4. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	395	312
Benefícios diretos e indiretos	74	117
Encargos	215	161
Provisões (13 salário, férias e bônus)	399	317
Valor total da remuneração	1.083	907

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

25. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	211.529	89.384
Veículos	Carros	292	442
		231.821	99.826